

**TESE AO  
XXIV CONGRESSO  
DA UNIÃO CATARINENSE  
DOS ESTUDANTES**



**NÃO SEGUIMOS À TOA**



## INTRODUÇÃO

Nós, estudantes de várias regiões do Estado, preocupados com a situação em que se encontra o nosso país, a Universidade e o Movimento Estudantil, resolvemos elaborar de forma conjunta uma síntese de nossas preocupações. Este documento é continuação do manifesto NÃO SEGUIMOS À TOA. Agora, o apresentamos ao ME Catarinense, especificamente ao Congresso da UCE.

Temos como objetivo unir todos para barrar a revisão de FHC (reforma antipopular e anticonstitucionalista). Entretanto, só isso não basta, defendemos um ME diferente que proponha e lute, efetivamente, por um novo modelo de Universidade e uma sociedade sem injustiças, onde todos possam ser socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Para isso, propomos uma UCE realmente democrática e construída na base. Você que concorda com isso, una-se a nós, venha construir o MUB e mostre que os Estudantes Catarinense estão em Movimento.

## CONJUNTURA

Entender o momento político em que vive o Brasil, significa compreender um processo mais amplo, onde as disputas que travamos hoje se inserem no processo da globalização (internacionalização) da economia mundial. O fetiche contemporâneo (ou seria pós-moderno?) de certos ideólogos, ou seja, um grande mercado mundial livre de entraves e regulador da atividade humana não passa na verdade de um aumento das relações imperialistas. Vale dizer, do poder político e econômico dos grandes oligopólios sediados nos países desenvolvidos, o que por definição nada tem a ver com o conceito clássico de liberalismo.

Trata-se da diminuição de funções de

regulamentação econômica dos estados nacionais subdesenvolvidos, transferindo-se para os representantes orgânicos dos oligopólios (FMI, Banco Mundial) e também da redução de encargos trabalhistas, (visto de forma ampla) visando tornar a mão-de-obra o mais barato possível, num contexto de disputa selvagem por mercado. Numa expressão, trata-se do estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, onde países do terceiro mundo entrariam com matérias primas, produtos industrializados setorizados e a mão-de-obra barata; ao passo que os países do centro imperialista teriam o monopólio dos principais produtos baseados na tecnologia de ponta e usufruiriam daquela mão-de-obra. Isto de novo não tem nada, na verdade é uma neo-colonização.

Esta situação que já vigora em parte do mundo, encontra entraves para se consolidar no Brasil: um grande e diversificado parque industrial; um Estado grande e regulador da economia; um sistema previdenciário que encarece a mão-de-obra; setores das elites locais conservadoras vinculados ao "status quo" se opõem às reformas; e principalmente um forte movimento sindical e popular ainda que seja um feroz crítico (e com certeza o primeiro) desse "status quo", buscam alternativas populares para a crise do Estado.

Tudo isso sempre fez do Brasil uma discrepância no cenário neoliberalizante da América Latina. Porém, o grande fato da política nacional, é o grande grau de coesão que a candidatura FHC, conseguiu, estabelecer em torno das teses neoliberais no seio dos setores conservadores, assustados com a possibilidade do campo democrático-popular chegar ao governo.

Diferencialmente de Collor, FHC aparece para parte da população como progressista e sem a pecha de corrupto. No entanto, suas atitudes no governo começam a mostrar o conservadorismo, seu autoritarismo (decretos e MPs), e fisiologismo (vide caso Lucena e troca de cargos por votos).



## BARRAR A REVISÃO

Para poder implementar o projeto Neoliberal, FHC enfrenta um entrave que é a constituição.

Se é fato que a constituição de 1988 não é uma pérola de democracia e justiça social, também o é que a reforma proposta por FHC apresenta uma política de terra arrasada no que tange a previdência pública e direitos sociais, assim como destrói elementos fundamentais na soberania nacional.

É preciso dizer um não contundente à tais propostas, tendo consciência de que não há neste momento condições no Congresso Nacional para aprovar uma reforma progressista da Constituição. Há dentro do movimento, um discurso que pretende-se propositivo. Os que se queixam da falta de "propositividade" no movimento, na realidade são os que rebaixaram as suas propostas em nome de uma reforma pactuada com o governo. Para quem se pretende propositivo nada mais combativo.

A UCE, dentro deste movimento de resistência, deve apoiar e participar de todas as lutas que visem barrar estas reformas. Devendo engajar-se no Movimento pela Cidadania e Soberania Nacional. Ela deve estar inserida neste processo de resistência, sendo oposição ao governo de FHC, trabalhando para a unificação do conjunto do Movimento.

### ESTADUAL

O governo Paulo Afonso, visto com grande expectativa pelos movimentos sociais, hoje, segue FHC, inclusive na composição e base de sustentação de seu governo na Assembléia Legislativa que conta com PMDB, PFL, PSDB e PDT.

### AUTORITÁRIO...

Paulo Afonso, em seus primeiros meses de governo, já editou duas MP, a da reforma administrativa e a do reajuste salarial, ambas repletas de dispositivos inconstitucionais.

### ...CENTRALIZADOR

Paulo Afonso acabou com a isonomia dos servidores, concedeu reajustes diferenciados e enfrentou a greve dos policiais civis e dos professores.

### ANTIDEMOCRÁTICO

Além de ser contra as eleições diretas para diretores das escolas estaduais, Paulo Afonso tem um secretário de educação que durante o governo passado (do PFL) era deputado e reclamava um monte. E agora?

E mais: Paulo Afonso que se elegeu com discurso voltado para a sociedade catarinense, marginalizada, continua governando ao velho estilo, perdendo a oportunidade de democratizar e abrir seu governo para a participação da sociedade organizada. Exemplo disso é o projeto "viva casa" coordenado pelo Fundo Estadual de Habitação Popular. Incoerentemente, sem a mínima participação popular. Participação esta garantida na Constituição Estadual no artigo 14 inciso I.

## PROPOSTAS

- Contra as Reformas Constitucionais de FHC. Barrar estas reformas antipopulares e antinacionalistas.
- Não as privatizações. Fim do PND.
- Contra a quebra dos monopólios dos setores estratégicos à soberania nacional.
- Pela criação de mecanismos populares de controle do serviço público e estatais:
- Fim do FSE.
- Oposição a FHC.
- Suspensão do pagamento da dívida externa. Auditoria Já.
- Contra a lei de patentes.
- Por uma política de desenvolvimento que respeite o meio ambiente.
- Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores.



- Pela aprovação do projeto de informação democrática.
- A UCE deve combater qualquer ato autoritário, centralizador e antidemocrático do governo estadual.
- Apoio ao movimento de trabalhadores da rede estadual de ensino.

## UNIVERSIDADE

Os países do terceiro mundo se colocam dentro da reordenação pela qual passa o sistema de produção a nível mundial.

Pela ótica neoliberal, a Universidade deverá fazer parte desse cenário, alinhando-se à produção de bens de baixa implicação tecnológica e subordinando o desenvolvimento científico-tecnológico aos interesses dos monopólios privados e/ou oligopólios internacionais.

Por isso, FHC, Paulo Renato e cia... querem impor às Universidades um projeto de reestruturação que visa adequar estas ao novo cenário das Reformas Neoliberais.

## PÚBLICAS

Dentro desse quadro, FHC desfere um forte ataque à Universidade Pública, cortando verbas e promovendo uma forte campanha caluniosa, acusando-a de ser improdutiva, quando é nela que se desenvolvem 80% das pesquisas feitas no Brasil (dados do próprio MEC). A estratégia de FHC é sucateá-la e desacreditá-la, visando, posteriormente, desobrigar o Estado com a manutenção do Ensino Superior; fazendo com que somente algumas áreas do saber se desenvolvam e só sejam feitas pesquisas de interesse do grande capital. Isto faria com que o saber desenvolvido, em um local que foi construído com o dinheiro público, servisse a um número cada vez menor de beneficiados, além da exploração de mão-de-obra barata (estudantes).

Para isso, FHC, que se dizia tão democrático, abusa de MPs e lança um pacote de projetos sem discussão, ao melhor estilo de Collor. Veja algumas dessas "maravilhas" que segundo ele e Paulo Renato, vão "melhorar" a situação da Universidade Pública:

**ESTADUALIZAÇÃO** - esta proposta é mais uma artimanha para desobrigar o Governo Federal com a manutenção da Universidade Pública. Ora, se os estados mal conseguem manter as suas instituições de Ensino Superior e dar conta do ensino básico e médio, como vão agüentar essa sobre-carga. Esta proposta é mais um passo para a privatização;

**BI-TRIBUTAÇÃO** - é mais uma proposta collorida que estabelece: a família que tiver pessoa(s) nas Universidades Públicas terá que pagar mais um imposto. Isto é um absurdo, pois já pagamos dezenas de impostos diretos e indiretos para termos direito à Educação. Além disso é profundamente injusto, pois enquanto os trabalhadores terão que pagar mais um imposto, os donos das grandes fortunas, (estes que deveriam ser sobre-taxados) que na maioria têm filhos estudando no exterior, não terão este ônus;

**VESTIBULAR CENSITÁRIO** - o que FHC prega como final do vestibular para o acesso à Universidade, no fundo, é uma manobra, visando elitizar ainda mais este acesso. Nós sempre fomos críticos (com certeza os maiores) do atual sistema de vestibular, não aceitamos este engodo. Pois esta proposta nada mais é do que um vestibular fragmentado, com várias provas no decorrer do segundo grau. Isto privilegiaria ainda mais os estudantes vindos dos colégios particulares, visto o sucateamento e abandono pelo que passam as escolas públicas;

**MP 967/95** - esta MP, de caráter profundamente autoritário, cria um novo vestibular no final do curso e um arremedo de



avaliação das universidades que tem como pano de fundo desacreditar várias instituições e a transformação de outras em "centros de excelência";

**LDB** - desde 1988, tramita no Congresso o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Este projeto foi amplamente discutido pela sociedade civil organizada, porém, sofreu várias mudanças não sendo mais o original. Mesmo assim ele avança em vários pontos na regulamentação da educação. Através de manobras, o governo não respeita uma discussão democrática e tenta votar o projeto Darcy x MEC que nunca foi discutido com a sociedade. Este projeto supracitado é um retrocesso em todos os pontos (financiamento, democracia, autonomia, concepção pedagógica, etc).

Assim sendo, mesmo tendo claro que o substitutivo do Senador Cid Sabóia não é a LDB dos nossos sonhos, defendemos a aprovação imediata do PL 101/93.

Temos claro que o atual modelo de Universidade não é o que queremos, entretanto, afirmamos que não é com essas mudanças propostas por FHC que se colocará a Universidade a serviço da população e do desenvolvimento nacional.

## ESCOLAS PAGAS

Como se não bastassem Collor e Itamar, o Governo FHC vem seguindo à risca o projeto dos donos de escolas privadas, onde educação não passa de uma mercadoria e estudar passa ser um privilégio de quem possa pagar.

Aplicando a política neoliberal na educação, FHC edita medidas arbitrárias, cortando o Crédito Educativo. Nisto, expulsa milhares de estudantes dos bancos escolares. Vale lembrar que as últimas MPs - vergonhosamente e escorchantemente - liberaram os valores das mensalidades, deixando para os donos das escolas privadas o poder de decisão sobre os preços

das mensalidades.

Nós, os estudantes, tentamos responder às agressões do governo. Contudo, enfrentamos uma série de problemas que não nos permite uma organização forte, principalmente, entre os que freqüentam as escolas particulares - onde a maioria tem a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência.

Devemos ter claro que quando questionamos a forma e os valores das mensalidades não ficamos restritos ao fator econômico-financeiro. Nossa maior preocupação é garantir à sociedade o franco acesso à Universidade. Pois isto, é fator básico à construção de uma sociedade sem excluídos, onde o conhecimento e o saber sejam direitos de todos e não privilégios de poucos. Contudo, é preciso ter claro também que os altos aumentos das mensalidades atingem diretamente milhares de estudantes que de imediato reagem em oposição à exploração.

Por isso, cabe a nós do ME organizar e dar direção a esta reação, para que não se perca no espontaneísmo e, conseqüentemente, no imobilismo da crítica conformista.

## A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS

Democratizar a Universidade pressupõe a gestão democrática, através de eleições diretas, transparência administrativa e ensino de qualidade. Portanto, é preciso muita luta para se dar um basta na abertura desenfreada de cursos, extensões e criação de universidades sem o mínimo de estrutura objetivando apenas o lucro fácil.

Em nosso estado, existem diversas fundações "públicas" de direito privado que se aproveitam de uma "brecha jurídica" para cobrarem altas mensalidades, indiferentes às verbas públicas que recebem. A ACAFE, com sua política privatista, expressa com



todas as tintas e cores esta realidade, na qual as verbas para assistência estudantil, bolsas de estudo e licenciatura são irrisórias, quando não passadas irregularmente, deixando "a ver navios" os que delas necessitam.

## PROPOSTAS

- Defender o aumento de verbas e a abertura de cursos noturnos, visando aumentar o número de vagas nas IFES, sem diminuir a qualidade de ensino básico e médio.
- Não a estadualização das IFES.
- Não a bi-tributação.
- Não ao vestibular censitário.
- Abaixo a MP 967 e seu conteúdo autoritário.
- Avaliação ampla das IFES, envolvendo os três segmentos universitários e a comunidade externa.
- Fazer uma ampla discussão para a reforma curricular de acordo com os interesses da população e com um projeto nacional de desenvolvimento.
- Contra o projeto MEC x Darcy e seus derivados pela aprovação imediata da LDB (PL 101/93 do Senador Cid Sabóia). Pela autonomia didática, científica e de gestão financeira.  
Ampliação das verbas para a educação, garantia dos 18% como rege a constituição.
- A UCE deve, junto com as UCES, lutar para que haja eleições diretas para diretores de escolas estaduais.
- Que este Congresso tire como posição que as carteiras de estudantes sejam confeccionadas na UNE ou entidades estaduais.
- Pressionar o governo estadual para que abra espaços onde a sociedade possa participar das decisões do governo.
- Uma UCE ágil que defenda os estudantes na luta por uma Universidade pública e gratuita.
- Organizar lutas pela estatização do

Sistema Fundacional de Santa Catarina.

- Um dia de paralização no 2º Semestre/95 em defesa do ensino público gratuito, de qualidade e contra os abusivos aumentos das mensalidades.
- Eleições diretas com voto universal dos estudantes para todos os cargos de direção.
- Lutar pela garantia de 1/3 de representantes dos estudantes no órgãos colegiados.
- Lutar pelo o aumento do prazo de carência do CREDUC para dois anos.  
Lutar por uma Universidade com qualidade, onde pesquisa, ensino e extensão sejam indissociáveis.
- Lutar para que as verbas destinadas ao CREDUC não sejam oriundas dos cofres públicos.

## MOVIMENTO ESTUDANTIL

Para discutirmos o ME, precisamos de-finir o que se quer com a Universidade. E a discussão desta se torna impossível sem a definição do modelo da sociedade que desejamos. Não queremos a sociedade de hoje. Ela deve tomar um caráter onde todos os indivíduos sejam respeitados como cidadãos e os esforços também sejam no sentido de superar os problemas para todos.

O ME deve atuar conjuntamente com os movimentos populares e sindicais, na perspectiva não só de resistir, mas também propor alternativas a este modelo falido de sociedade. De forma mais específica, diríamos que é construir um ensino de qualidade e, em consequência, um profissional com capacitação técnica, política, social, cultural e humana, com intuito de atender aos reais anseios da sociedade.

O ME enfrenta muitos problemas. Os principais são: baixa mobilização ou apatia dos estudantes em relação a tudo que lhe diz respeito e a dificuldade de encaminhar trabalhos por parte das entidades esta-



dantis, em função da crise sócio-econômica que nosso país vive. A apatia e também a omissão, têm origem, principalmente, na "guerra ideológica", imposta a todos nós pelos meios de comunicação e pelo sistema educacional formal. Isto faz com que muitos nos combatam, em função do que a mídia veicula. Há também o processo de aparelhamento partidário, fazendo com que as entidades fujam das bases, ou seja: muitas entidades caem no erro de não ouvir os estudantes. Em função destes problemas que apresentamos e outros que existem em nosso cotidiano, discutiremos a seguir, de forma mais específica, alguns temas/propostas.

**REPRESENTATIVIDADE DAS ENTIDADES** - Todos os CAs/DA, DCEs e a UCE devem ter maior aproximação com as bases, participando de discussões e propondo espaços para reivindicações, seja por meio de plebiscito ou outras formas, deve ser ouvido mais as bases, para que estas interfiram mais a nível social. No momento que não se discute com os estudantes que não estão envolvidos no movimento, estamos subestimando um grande número com potencial de fortalecer nossa causa.

**CURSO DE PREPARAÇÃO POLÍTICA** - A mídia nos bombardeia diariamente com questões ideológicas. Os que estão esclarecidos ficam imunes a estes ataques. Porém, os menos atentos acabam nos combatendo ou ficando à margem das discussões. Neste sentido, deve ser feito a nível de UCE, de forma microrregional, cursos de preparação política básica, como: entendimento da sociedade, hegemonia, universidade, movimento estudantil, socialismo/capitalismo, etc. Se propõe que os cursos sejam feitos a partir do congresso da UNE.

**SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO** - Esta é uma preparação básica para entidades (CAs/DAs, DCEs), nestes seminários deverão ser esclarecidos desde

funções burocráticas de uma entidade até o planejamento estratégico. Estas atividades devem ser estimuladas em cada universidade.

**PROJETO DE COMUNICAÇÃO** - Fazer jornais e boletins informativos, a nível estadual, onde seja contemplando todas as áreas de ação da UCE e todos os grupos que participam da entidade. Estes jornais deverão ser publicados mensalmente, em uma data bem definida, fazendo assim com que a época seja lembrada, causando expectativa nos estudantes que estão a sua espera. Devem ser confeccionados textos a respeito da nossa realidade (escolas pagas, mensalidades, ensino/extensão, democracia universitária...). Dessa forma estaremos construindo um instrumento alternativo e de grande importância para o ME.

**APROXIMAR O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA SOCIEDADE** - O ME enquanto Movimento Social Popular deve se aproximar mais das lutas dos trabalhadores e suas reivindicações. Vale citar neste espaço o "Grito da terra Brasil". Este movimento ocorrerá em todo o Brasil, na Capital Federal (Brasília) e outros centros. Está sendo organizado por entidades ligadas ao campo, entre elas estão MST, Departamento Rural da CUT, Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Indígena, etc. Em Santa Catarina, ocorrerão mobilizações em Florianópolis e outras cidades. As reivindicações serão pela Reforma Agrária, fim da Violência no campo, melhores condições de vida, etc, e muitas reivindicações específicas. Ocorrerá entre os dias 5 e 10 de junho.

**ESTIMULAR ATIVIDADES DE EXTENSÃO** - Muitos trabalhos que podem ser feitos com o objetivo social, hoje estão sendo ocupados em benefício de quem não necessita. Os trabalhos existem e alguns são interessantes, como: trabalhos de extensão junto a bairros, hortas escolares, escolas,



crianças, etc. Estes, além de fomentar a vinculação da Universidade à sociedade, podem ser um ponto que fará com que os professores sintam melhor os problemas sociais. Pode ainda mostrar para a sociedade que a Universidade não deve ficar a serviço do grande capital.

**DISCUSSÃO SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** - Somente com discussões aprofundadas sobre este tema em cada curso, poderá se propor trabalhos concretos para mudança da Universidade. Neste sentido, a UCE deve resgatar discussões junto as executivas de cursos e estimular debates sobre formação profissional de forma ampla.

**CONGRESSO DA UCE MAIS PRÁTICO** - Os CONUCES devem ter como objetivos determinar os rumos de ME geral a nível estadual, porém devem ter garantidos espaços para troca de experiências, como em atividades de extensão, grupos de trabalho, grupos de discussão, etc.

**CARTEIRAS** - Entendemos que o atual sistema de confecção de carteirinhas da UCE/UNE está cheio de equívocos. É um absurdo que empresas privadas ganhem "sacolas de dinheiro" que poderiam ser investidos nas entidades. A UNE e UEEs podem se estruturar para a confecção destas carteiras.

**PLEBISCITO** - Defendemos que seja realizado um plebiscito, entre todos os universitários catarinenses, sobre a forma de eleição da diretoria da UCE: diretas ou congressual? Nós do MUB, defendemos que a eleição seja direta, permitindo assim que a UCE seja permanentemente discutida entre os estudantes. Ao mesmo tempo, entendemos que o congresso deva existir como um fórum de discussão, elaboração, troca de experiências e integração dos universitários catarinenses.

## PROPOSTAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

- Realização do 3º Encontro de Mulheres Universitárias.
- Realização do 3º Encontro Deliberativo das Escolas Pagas.
- Realização do 1º Festival de Cultura e Arte da UCE.
- Conselhos Estaduais de Entidades - Trimestrais.
- Campanha de Criação, Reconstrução e Legalização dos CAs, DAs, DCEs.
- 1º Seminário de Extensão Universitária e Mobilização Estudantil.
- 1º Seminário de Planejamento Estratégico para Entidades Estudantis.
- Realização de Seminários com os cursos para discutirem os currículos e a formação profissional.
- Descentralização das atividades da UCE, regionalizando as discussões e decisões, dando maiores condições de estrutura para os diretórios regionais.



**ASSINAM ESTA TESE:**

- \* Darlan (Vice-presidente da UNE)
- \* Reginaldo (Diretor da UCE - UNISUL)
- \* Cedenir (Diretor da UCE - UFSC)
- \* Cleberon (Diretor da UCE - FURB)
- \* Dolzan (Diretor da UCE - FURB)
- \* Antonio Duarte (Diretor da UCE - UFSC)
- \* Félix (Ex-presidente DCE - UNISUL)
- \* Gilberto (Presidente DCE - UNISUL)
- \* Chalito (Ex-coordenação nacional da FEAB - UFSC)
- \* Pilon (Filosofia - UFSC)
- \* Paludo (Economia - UNOESC - CH)
- \* Fábio (Contábeis - UNOESC - CH)
- \* Clóvis (Administração - SMO)
- \* Frank (Letras - UNOESC - Joaçaba)
- \* Marcos (História - UDESC - Fpolis)
- \* Valmor (Agronomia - UDESC - Lages)
- \* Renato (Ciências Sociais - UNIPLAC)
- \* Vilson (DCE - FEBE)
- \* Carlos (DCE - FEDAVI)
- \* Micheli (Pedagogia - UNC - Caçador)
- \* Vilma (Biologia - UNC - Concórdia)
- \* César (Contábeis - UNC - Concórdia)
- \* Judite (Ed. Física - UNESC)
- \* Gilson (História - UNIVALI)
- \* Joel (Ex-presidente do DCE - UNISUL)
- \* Érico (DCE - UNISUL)
- \* Jamilton (DCE - UNISUL - Araranguá)
- \* Cristina (DCE - UNISUL)
- \* Pacheco (C.A. Economia - UNIVILLE)
- \* Márcio Bósio (UNC - Concórdia)
- \* Claudio Pistore (C.A. Pedagogia - UNOESC - Videira)
- \* Clóvis Gruner (C.A. História - UNIVILLE)
- \* Marluze (Presidente C.A. Letras - UNISUL)
- \* Fabricio (Presidente C.A. Agronomia - UNISUL)



# VOLTE PARA O SEU LAR

Arnaldo Antunes

Aqui nessa casa ninguém quer a sua boa educação.  
Nos dias que tem comida, comemos comida com a mão.  
E quando a política, a doença, a distância ou alguma  
discussão nos separam de seu irmão,  
sentimos que nunca acaba de caber mais dor no coração.  
Mas não choramos à toa,  
não choramos à toa.

Aqui nessa tribo ninguém quer a sua catequização  
falamos a sua língua mas não entedemos seu sermão.  
Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão.  
Mas não sorrimos à toa,  
não sorrimos à toa.

Aqui nesse barco ninguém quer a sua orientação  
não temos perspectivas, mas o vento nos dá a direção  
a vida que vai a deriva é condução.  
MAS NÃO SEGUIMOS À TOA.  
NÃO SEGUIMOS À TOA.

Volte para seu lar.  
Volte para lá.